

Da decisão que antecipa os efeitos da tutela de mérito e do mandado de segurança como meio processual apto à sua reformulação – considerações sobre a cognição vertical em ambos.

Vladimir Azevedo de Mello*

1. Introdução

A impossibilidade de utilização do agravo, como via recursal adequada ao enfoque do despacho que antecipa os efeitos da tutela de mérito — ou que os nega —, tem suscitado, no âmbito da jurisdição trabalhista, debates acerca do mandado de segurança, sendo este na qualidade de sucedâneo do recurso concebido pela legislação ordinária e não aplicável ao processo do trabalho.

Nosso intento de imiscuição é vinculado à questão dos limites cognitivos — verticais e horizontais — que devem pautar a atuação da instância apta para o julgamento *writ* que se volta contra o despacho concessivo ou denegatório do provimento descrito no artigo 273 do Código de Processo Civil.

2. Da atividade cognitiva

Todo o engenho processual tem por escopo o convencimento do juiz. As partes engendram esforços tendentes a incutir, no espírito do julgador, a certeza de que suas alegações encerram a veracidade necessária ao surgimento e concretização do direito perseguido em juízo ou, sob a perspectiva do réu, são voltados para a confirmação de que sucederam fatos modificativos, impeditivos ou extintivos desse mesmo direito tencionado.

Como destinatário do esforço das partes, o julgador erige uma série de expedientes mentais que viabilizem a identificação dos tópicos significantes da lide, sejam eles factuais ou de direito.

Essas medidas intelectuais constituem o próprio cerne da atividade cognitiva, traduzindo-se esta, como leciona o Professor Cândido Rangel Dinamarco, na *atividade intelectual* do

* O autor é assessor jurídico da Juíza Ana Clara Nóbrega e servidor do TRT da 13ª Região

juiz, consistente em captar, analisar e valorar as alegações e as provas produzidas pelas partes, com o objetivo de se aparelhar para decidir (Chiovenda, Kazuo Watanabe) (1:34).

O esforço cognitivo, todavia, não comporta uma abordagem monolítica. Não se dá ele por meio de uma só maneira, nem pode, quanto ao alcance e profundidade, ser colocado sob o atributo da indivisibilidade.

A cognição, para os fins precípuos deste trabalho, deve ser contemplada em sua dimensão horizontal — que é correlata à delimitação das questões passíveis de abordagem no processo de conhecimento — e vertical — alusiva ao vigor com que se coteja e valora os fatos alegados e o direito invocado em juízo.

Sob o enfoque horizontal a cognição pode ser completa ou limitada e, acerca das nuances verticais, diz a doutrina que pode ser ela exauriente ou sumária.

Acerca do tema são irresistíveis, pela precisão, as palavras de Dinamarco, das quais mais uma vez nos valem, *verbis*:

A cognição é *completa* quando apta a abranger todos os possíveis fundamentos de interesse do autor ou do réu; é *exauriente* quando comporta indagações tão profundas que sejam capazes de eliminar toda possível dúvida e incutir certeza no espírito do juiz. Mas nem sempre ela abrange toda a área de possíveis razões de fato ou de direito que em tese poderiam influir na existência ou inexistência do possível direito do autor, sendo então *limitada* e não completa; e nem sempre ela se faz com toda a intensidade imaginável, ficando somente na superfície das investigações, sendo *sumária* e não exauriente. A redução da área das questões suscetíveis de cognição passa-se no *plano horizontal*; as limitações à intensidade na busca da verdade e do esclarecimento convincente e completo, no *vertical*. A cognição só tem caráter de universalidade total, quando for completa no plano horizontal e exauriente no vertical (Watanabe). (1:37)

A temática da atividade cognitiva desdobra-se também sobre o campo da classificação das ações, eis que o tipo de provimento reclamado não é o único norte a ser seguido.

Ensina o professor Kazuo Watanabe, no particular, que, tomando-se o critério da cognição, mais coerente seria a classificação, numa primeira e mais ampla sistematização, em ação de cognição plena, ação de cognição sumária e ação de cognição rarefeita ou quase inócua (2:37). E adverte, ainda, que Inexiste ação em que o juiz não exerça qualquer espécie de cognição; até mesmo na ação de execução por título executivo judicial, o juiz 'é seguidamente chamado a proferir juízos de valor', como anota Cândido Dinamarco (2:37).

3. Da antecipação dos efeitos da tutela de mérito

O enfrentamento das questões concernentes ao provimento estabelecido no artigo 273 do Código de Processo Civil reclama, invariavelmente, alusão ao atual momento de crise do processo como agente supressor de conflitos e de efetivação de direitos.

Vivemos o tempo da instantaneidade, da virtual supressão dos limites de tempo e espaço. Tudo que não opere nessa marcha de imediatismo soa anacrônico e obsoleto. Os desdobramentos dessa tormenta comportamental, filha dileta de uma revolução tecnológica, projetaram-se, obviamente, sobre a prestação jurisdicional e sobre a forma como ela é levada a efeito.

O mais sério desafio derivado desse imbróglio é correlato ao equacionamento, em justa proporção, da necessidade de uma prestação jurisdicional oportuna e do imprescindível respeito ao instituto da ampla defesa e do contraditório.

Foi nesse cenário de confronto e de inegável desconforto — ainda deveras atual, diga-se — que surgiu a tutela antecipatória, em nosso ordenamento jurídico, erigindo — ou tentando fazê-lo — o tempo como fundamento dogmático do processo.

Há muito a ser comemorado com a adoção dessa perspectiva, pois mesmo na circunstância em que o autor da ação logra alcançar o bem jurídico perseguido em juízo, a demora para tal realização constitui, *per se*, um *dano marginal de indução processual*¹.

Mas é mister atentar, no entanto, para o fato de que nem mesmo tais fórmulas de adequação da atividade processual aos reclamos sociais por uma prestação jurisdicional melhor identificada com as necessidades do homem finissecular eliminam, por completo, os efeitos daninhos do tempo em relação ao autor que está amparado pelo direito.

3.1 Das circunstâncias autorizadoras da antecipação dos efeitos da tutela de mérito

Na sistemática adotada pelo Código de Processo Civil, em seu artigo 273, antecipam-se os efeitos da tutela de mérito, sempre a pedido do autor, quando haja prova inequívoca, convença-se o juiz da verossimilhança da alegação, haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, ainda, quando haja abuso do direito de defesa ou manifesto intento procrastinatório por parte do réu.

Para Arruda Alvim, a denominação revela que poderá ser concedida a própria tutela, tal como constante no pedido, acolhendo-o total ou em parte, e que essa poderá ser concedida

¹ A expressão é utilizada por Ítalo Andolina, *apud* Luiz Guilherme Marinoni (3:20)

antes mesmo do momento normal para a sua concessão (4:394), ou seja, projeta-se sobre a órbita dos fatos, sob a forma de efetivação do provimento que fora postulado pelo autor².

Essa constatação é suficiente para que se ponha um nítido traço divisor entre o provimento antecipatório e o de índole cautelar. Obtendo, o autor, o que efetivamente postula em juízo, ou seja, precipitando-se os efeitos, mediante pronta execução, do que foi por ele postulado, parece-nos desarrazoada a inferência de que se esteja às voltas com o propósito de se por a salvo a utilidade prática do processo, ou mesmo de se tornar exequível o direito tencionado, hipóteses que justificam o procedimento cautelar, ainda que a urgência também constitua atributo da antecipação de tutela.

O instituto da antecipação também se distingue do julgamento antecipado da lide, previsto no artigo 330 do mesmo Código de Processo Civil, porque neste, nada obstante se ponha fim ao processo com análise de mérito, não se projeta, no campo dos fatos, os efeitos de tal provimento. Quando acionado o comando do artigo 273, ao reverso, contempla-se o autor com os efeitos do *decisum*, havendo pronta repercussão factual.

Para Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery,

Tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito é providência que tem natureza jurídica *mandamental*, que se efetiva mediante *execução "lato sensu"*, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos. **É tutela satisfativa no plano dos fatos, já que realiza direito, dando ao requerente o bem da vida por ele pretendido com a ação de conhecimento.** (5:730) (sem grifo no original)

A partir das palavras dos insígnies doutrinadores, alusivas à realização do direito, com a entrega do *bem da vida* pretendido em juízo, pode-se concluir facilmente que a antecipação dos efeitos da tutela de mérito tem visceral ligação com a noção de fato constitutivo.

É sobre esses fatos constitutivos, entendidos como *aqueles que dão vida a uma vontade concreta da lei e à expectativa de um bem por parte de alguém*³, que repousa um dos eixos que justificam a antecipação dos efeitos da tutela de mérito, já que deles se exige *prova inequívoca*.

² Ainda segundo Alvim (4:394, nota 70) “A antecipação da tutela, pelo juiz, diz respeito ao pedido, tal como feito. Por outras palavras, o que se antecipa é, exclusivamente, a tutela, sem possível alteração do pedido. Há, desta forma, adstrição do juiz ao pedido e a atividade jurisdicional é condicionada pelo princípio dispositivo”.

³ A assertiva é de Chiovenda *apud* Luiz Guilherme Marinoni (3:38)

3.2 A condenação com reserva da exceção substancial indireta e a antecipação dos efeitos da tutela de mérito

O processo civil brasileiro, reproduzindo sistematização de outras ordens jurídicas, funda-se, em matéria de prova, numa regra basilar, segundo a qual incumbe ao autor a alegação dos fatos constitutivos do direito invocado em juízo e, ao réu, a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito pleiteado pelo demandante.

Desdobra-se, mencionada regulação, em um sistema de conseqüências processuais a serem suportadas por quem, tendo alegado, não logrou êxito em suas atribuições. Esses conseqüências, decorrentes da ausência de prova e da necessidade de imposição judicial de solução ao conflito, encerram, em verdade, as considerações sobre o ônus da prova

Vale registrar os apontamentos de Pontes de Miranda (6:270), *verbis*:

O ônus da prova é objetivo, não subjetivo. Como partes, sujeitos da relação jurídica processual, todos os figurantes têm de provar, inclusive quanto às negações. Uma vez que todos têm de provar, não há discriminação subjetiva do ônus da prova. O ônus da prova, objetivo, regula conseqüência de se não haver produzido prova. Em verdade, as regras sobre conseqüências da falta de prova exaurem a teoria do ônus da prova. Se falta prova, é que se tem de pensar em se determinar a quem carga a prova. O problema da carga ou ônus da prova é, portanto, o de determinar-se a quem vão as conseqüências de se não haver provado; ao que afirmou a existência do fato jurídico (e foi, na demanda, o autor), ou a quem contra-afirmou (=negou ou afirmou algo que exclui a validade ou eficácia do fato jurídico afirmado), seja o outro interessado, ou, na demanda, o réu.

Úteis, também, as considerações de Humberto Theodoro Júnior (7:423),

verbis:

no dizer de Kisch, o ônus da prova vem a ser, portanto, a *necessidade de provar para vencer a causa*, de sorte que nela se pode ver uma imposição e uma sanção de ordem processual.

(...)

Quando o réu contesta apenas negando o fato em que baseia a pretensão do autor, todo o ônus probatório recai sobre este. Mesmo sem nenhuma iniciativa de prova o réu ganhará a causa, se o autor não demonstrar a veracidade do fato constitutivo do seu pretensão direito. *Actore non probante absolvitur reus*.

Quando, todavia, o réu se defende através de defesa indireta, invocando fato capaz de alterar ou eliminar as conseqüências jurídicas daquele outro fato invocado pelo autor, a regra inverte-se. É que, ao se basear em fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito do autor, o réu implicitamente admitiu como verídico o fato básico da petição inicial, ou seja, aquele que causou o aparecimento do direito que, posteriormente, veio a sofrer as conseqüências do evento a que alude a contestação.

Conclui-se, pois, que autor e réu dividem, em razão do que afirmam em juízo, o ônus da prova, assim compreendido como o rol de consequências a serem suportados por aquele que, tendo afirmado, não apresentou provas de suas assertivas, isso num cenário processual de rarefação probatória.

Mas, atentando-se ao que foi dito alhures, no sentido de que o tempo é, hoje, um fundamento dogmático do processo, apresenta-se, conexa à questão da partição do ônus da prova, indagação correlata à distribuição das consequências derivadas do tempo de duração da marcha processual.

Minudeciando e pragmatizando a proposição, sugere a doutrina de vanguarda a seguinte indagação: se cabe ao réu provar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo, porque incumbe ao autor suportar o tempo necessário à produção da prova tendente à demonstração de um fato que não foi por ele alegado? (3:32)

O questionamento impele-nos a enfrentar a ofensiva lógica da atual sistemática processual, excessivamente arraigada à noção de respeito incondicional ao contraditório, mesmo nas circunstâncias em que a exceção substancial indireta comporá um cenário de ênfase no mero retardamento da efetivação do direito postulado em juízo.

Soa desarrazoado que, havendo prova do fato constitutivo do direito do autor, deva ele suportar o tempo necessário à prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos desse direito e que foram alegados pelo réu. É nesse panorama que exsurge a tutela antecipatória por meio da técnica de condenação com reserva da exceção substancial indireta.

Assim, é autorizada a inferência de que a tutela antecipada, deferida mediante a adoção da técnica supradita, decorre sempre da existência da prova do fato constitutivo e da circunstância de a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo reclamar tempo e, ainda, de que sejam, *prima facie*, infundadas alegações desse jaez.

Acerca da alegação dos fatos mencionados no artigo 333 do Código de Processo Civil, leciona Marinoni (3:37) que

A condenação com reserva é ligada à idéia de permitir ao credor a obtenção da satisfação do seu direito de crédito no menor tempo possível. O instituto abre oportunidade à antecipação da execução forçada, ignorando a exigência — que nem sempre precisa ser observada — de que a execução somente é possível após a cognição plena e exauriente. (...)

A princípio, se poderia dizer que a prova dos fatos constitutivos — ou mesmo a não contestação ou a confissão destes fatos — seria suficiente para a condenação com reserva. Se o tempo do processo deve ser repartido entre as partes, a prova dos fatos constitutivos — significando que o autor desincumbiu-se do seu *onus probandi* — seria suficiente para que a partir daí o réu passasse a arcar com o tempo necessário à demonstração de sua alegação. Cabe lembrar, aliás, que o fundamento da condenação

com reserva seria o da repartição do tempo do processo de acordo com a necessidade de instrução da causa.

A condenação com reserva somente tem sentido quando a exceção não admite imediato julgamento ou pronta solução. Isso porque a antecipação, aí, é justificada pelo tempo que o réu vai utilizar, com a instrução probatória, para permitir ao julgador um juízo de cognição exauriente sobre a exceção. É o tempo da instrução probatória que justifica a antecipação da execução forçada.

Não basta, entretanto, a evidência dos fatos constitutivos e uma exceção substancial indireta que exija instrução dilatória. Exige-se, ainda, que a exceção seja provavelmente infundada. *A probabilidade de insucesso da exceção é elemento que não pode ser desconsiderado para a antecipação fundada na técnica da condenação com reserva.*

A tutela antecipada por meio da técnica da condenação com reserva da exceção substancial indireta, porque calcada na divisão do ônus do tempo em razão da *necessidade de instrução da causa*, assume especial relevância no âmbito do processo do trabalho.

A natureza do direito que se busca materializar por meio do processo trabalhista — que, amiúde, traz subjacente a necessidade de preservação das possibilidades de subsistência do trabalhador e de sua família — sugerem, com implacável apelo de justiça, que a técnica ora em comento representa a melhor perspectiva a ser considerada pelo julgador ao apreciar pedido fundado no artigo 273 do Código de Processo Civil.

3.3 Do expediente cognitivo no plano horizontal no momento da antecipação dos efeitos da tutela de mérito por meio da condenação com reserva da exceção substancial indireta

O fato constitutivo do direito é, como já explicitado, ponto cerneiro para a obtenção de provimento que antecipe os efeitos da tutela de mérito. Logo, para que venha a constituir, de fato, a força motriz para a obtenção desse tipo de decreto jurisdicional, há de vir eficazmente provado — prova inequívoca, como refere a dicção legal.

Assim, entendemos que o expediente cognitivo que vincula o juiz aos elementos de prova do fato constitutivo capaz de propiciar a antecipação dos efeitos da tutela de mérito há de ser, necessariamente, exauriente, nada obstante a formação de tal elo se faça no momento de gênese da relação processual.

A indução acima exposta encontra lastro e deriva das lições de Luis Antônio Nunes (8:36), *verbis*:

Quando nos referimos à cognição exauriente, não estamos ligando-a às fases procedimentais, mas sim ao momento em que o magistrado conhece a prova, devendo sempre fazê-lo profundamente, ou seja, exaurientemente, evidente que limitado pelo momento procedimental. Quando festejados mestres afirmam que a cognição pode ser exauriente, sumária ou superficial, estão, na verdade, correlacionando

o conhecimento do juiz com o tipo de procedimento ou com o momento procedimental, o que não nos parece correto.

É que o magistrado, quando decide sobre uma questão, o faz com um conhecimento exauriente do conjunto de provas até aquele momento colhido. “Exauriente”, sumário ou superficial é o tipo de procedimento imprimido pelo legislador e que está umbilicalmente ligado à gravidade ou extensão do litígio. Pode o magistrado, portanto, naquele momento procedimental, ter acesso a prova ainda superficial quanto à profundidade do litígio, no entanto voltamos a afirmar, para decidir, deverá exaurir o seu conhecimento sobre a prova colocada para a sua apreciação.

No mesmo compasso é apresentada a opinião de Luiz Guilherme Marinoni (3:33), *verbis*:

A cognição — no plano vertical — é exauriente no que diz respeito ao fato constitutivo e sumária em relação ao fato impeditivo, modificativo ou extintivo. No plano horizontal a cognição é parcial, uma vez que o juiz conhece, com base em cognição exauriente, apenas de parte da matéria que deve ser analisada na sentença.

Reiteramos, pois, nossa asserção de que o julgador, ao defrontar-se com o conjunto de provas que autorizem a emissão de decisão antecipatória dos efeitos da tutela de mérito, promove, em relação a esse rol de elementos, uma cognição exauriente, mesmo porque o atributo de inequivocidade não se compatibiliza com o que é de profundidade rarefeita.

4. Do mandado de segurança contra o ato concessivo ou denegatório da antecipação de tutela, no âmbito do processo do trabalho – quesitos correlatos ao esforço cognitivo a ser engendrado pela instância a que couber, originariamente, o julgamento do writ

O ato concessivo da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, suceda ele *in limine litis* ou ao longo da marcha processual, é nitidamente interlocutório.

Além de seu fácil ajustamento aos contornos traçados no artigo 162, § 2º, do Código de Processo Civil, a provisoriedade aludida no § 4º, artigo 273, desse mesmo diploma, deixa à evidência a têmpera supradita.

Logo, no âmbito do processo do trabalho, decisões desse jaez são marcadas pelo selo da irrecorribilidade, nos termos do artigo 893, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, circunstância que abre ensanचा para a utilização do mandado de segurança como via processual apta a viabilizar a insurgência da parte a que couber suportar os consectários derivados da decisão que conceder ou denegar a antecipação dos efeitos da tutela de mérito.

Isso em razão do fato de, nas plagas do processo do trabalho (artigo 897 da CLT), a destinação do agravo de instrumento ser distinta daquela prevista nos artigos 522 e 524 do Código de Processo Civil.

A assimilação do mandado de segurança como meio de tornar viável a reforma da decisão concessiva ou denegatória do provimento previsto no artigo 273 do CPC, mediante a atuação da instância *ad quem*, exige e possibilita, em termos práticos, que essa ação autônoma envolva e autorize essa instância a promover o mesmo esforço cognitivo já engendrado pela autoridade impetrada ao tempo de prolação da decisão questionada no *writ*.

Dar-se-á, no mandado de segurança, a adoção das mesmas perspectivas e aplicação dos mesmos esforços cognitivos que seriam utilizados se possível fosse o enfrentamento da questão em sede de agravo de instrumento.

Fixando a linha de especulação apenas no fato constitutivo autorizador do despacho concessivo da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, haverá, no mandado de segurança, o chamamento da instância a que couber o seu julgamento a também promover uma cognição exauriente desse mencionado fato, considerada a técnica da condenação com reserva da exceção substancial indireta.

Não se poderia, no momento da revisão da decisão calcada no artigo 273 do CPC, lançar ao desprestígio os corolários de mencionada técnica, sobremaneira, como já dito, porque há, ínsita à sua aplicação, uma melhor distribuição do ônus do tempo do processo.

Mas, em sede de mandado de segurança, com mais ênfase talvez do que sucederia em caso de agravo de instrumento — de certo porque aquela é ação autônoma, com objeto próprio —, há uma expansão das possibilidades cognitivas também no plano horizontal.

É que, quando do ajuizamento da ação mandamental voltada à reverter a decisão proferida com base no artigo 273 do CPC, não mais se apresentará ao julgador apenas o fato constitutivo já apreciado pela autoridade dita coatora no bojo da reclamação trabalhista.

Será posto ao relator e, posteriormente ao colegiado, não apenas o fato supracitado, mas, na esmagadora maioria dos casos, a exceção substancial indireta — fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor — que seria apresentada pelo reclamado, circunstancialmente o impetrante, por ocasião de sua contestação em sede de reclamação trabalhista.

Convém anotar que a exceção substancial indireta transmuda-se, em sede de mandado de segurança e adotando-se a perspectiva do impetrante, em fatos constitutivos do direito perseguido por este, qual seja, o de reverter a decisão que antecipa os efeitos da tutela de mérito, e, por assim ser, caberá, em relação a eles também uma cognição exauriente pois, como mencionado alhures, esta vincula-se *ao momento em que o magistrado conhece a prova, devendo sempre fazê-lo*

profundamente, ou seja, exaurientemente, evidente que limitado pelo momento procedimental, pois o magistrado, quando decide sobre uma questão, o faz com um conhecimento exauriente do conjunto de provas até aquele momento colhido.

Esse procedimento, não se pode negar, incute em alguns o temor de que o julgamento proferido em sede de mandado de segurança esvazie o objeto da reclamação trabalhista, mormente nos casos mais comumente tratados na jurisdição trabalhista e que envolvem o direito à reintegração no emprego.

Consideramos, todavia, infundada a preocupação.

É que a concessão de tutela antecipada, decisão interlocutória que é, não está sujeita à condição da imutabilidade (art. 273, § 4º, do CPC). Logo, ainda que derive de cognição exauriente em relação ao fato constitutivo do direito do autor, sua projeção será, sempre, precária até que confirmada por decisão subsequente e que seja passível de sujeição ao instituto da *res iudicata*.

Esse viés, em razão das peculiaridades atribuíveis ao mandado de segurança nas circunstâncias até agora enfocadas, é ao mesmo transmitida, não havendo, portanto, em razão da própria natureza da decisão concessiva da tutela, marcada pelo selo da precariedade, repita-se, risco de esvaziamento da reclamação trabalhista, no particular.

5. Síntese conclusiva

Com base nos argumentos expendidos concluímos que o exercício cognitivo, ao momento em que o julgador profere, *in limine litis*, sua decisão concessiva ou denegatória da antecipação dos efeitos da tutela de mérito, é, no tocante ao aspecto, horizontal, sempre exauriente em relação aos fatos constitutivos do direito do autor

Conexo a essa circunstância está o fato de que a tutela antecipatória por meio da técnica de condenação com reserva da exceção substancial indireta constitui a melhor perspectiva de emprego nas questões de índole trabalhista, já que melhor distribui o ônus do tempo no processo, circunstância que premia a celeridade com que devem ser tratadas as questões que envolvem verbas de natureza alimentícia.

Inferimos, também, que os expedientes cognitivos correlatos à concessão do provimento previsto no artigo 273 do CPC devem ser também assimilados por ocasião das decisões proferidas em sede de mandado de segurança utilizado para o ataque a tais decisões, havendo, em relação a esta ação, expansão das possibilidades cognitivas, na dimensão horizontal, já que trazidos à consideração judiciária também os fatos que impediriam a concessão do provimento antecipatório, fatos estes também sujeitos a uma cognição exauriente em sede da ação mandamental.

Deduzimos, por fim, que o trato das questões em sede de mandado de segurança, ainda que levado a efeito mediante cognição exauriente, não esvazia o objeto da reclamação trabalhista em que proferida a decisão de antecipação, em razão da índole temporária desta.

Bibliografia

DINAMARCO, Cândido Rangel. INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – VOL. III. Malheiros Editores. São Paulo (SP), 2001.

WATANABE, Kazuo. DA COGNIÇÃO NO PROCESSO CIVIL. Bookseller Editora e Distribuidora e CEBEPEJ – Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais. Campinas (SP), 2000.

MARINONI, Luiz Guilherme. TUTELA ANTECIPATÓRIA, JULGAMENTO ANTECIPADO E EXECUÇÃO IMEDIATA DA SENTENÇA. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo (SP), 2000.

ALVIM, Arruda. MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, VOL 2 – PROCESSO DE CONHECIMENTO. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2000.

JÚNIOR, Nelson Nery e **NERY**, Rosa Maria de Andrade. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL EXTRAVAGANTE EM VIGOR. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2001.

MIRANDA, Pontes de. Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo IV - Arts. 282 a 443. Editora Forense. Rio de Janeiro, 1996.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, VOLUME I. Editora Forense. Rio de Janeiro, 1999.

NUNES, Luiz Antônio. COGNIÇÃO JUDICIAL NAS TUTELAS DE URGÊNCIA. Editora Saraiva. São Paulo, 2000.

PINTO, José Augusto Rodrigues. PROCESSO TRABALHISTA DE CONHECIMENTO. Editora LTr. São Paulo, 2000.